

RELIGIÃO E HOMOSSEXUALIDADE - REVISÃO DE LITERATURA

RELIGION AND HOMOSEXUALITY - LITERATURE REVIEW

RELIGIÓN Y HOMOSEXUALIDAD: REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA

Carlos Gomes de Lima Junior¹

Daniel Cerdeira de Souza²

Aurenéa Maria de Oliveira³

RESUMO: Analisamos 46 artigos científicos publicados entre 2015 e 2025 sobre a relação entre religião e homossexualidade, organizando os achados em sete categorias: 1) Homossexualidade, religião e disputas políticas; 2) A “Cura gay”; 3) Homossexuais cristãos; 4) Igrejas cristãs inclusivas; 5) Homossexualidade, religião e colonialismo; 6) Espiritismo e homossexualidade; 7) Homossexualidade e a religião. Observamos que a religião no Brasil funciona como um campo de disputa biopolítica para influenciar o Poder Legislativo e as políticas públicas por meio da instrumentalização da crença por grupos conservadores via secularismo estratégico – traduzindo dogmas em linguagem científica ou jurídica para restringir direitos. Esses discursos promovem pecadologização, patologização e demonização da homossexualidade, gerando sofrimento psíquico, culpa e homofobia internalizada. A literatura identifica dinâmicas diferenciadas de acolhimento: religiões afro-indígenas demonstram maior receptividade e naturalidade frente à diversidade sexual; vertentes cristãs tradicionais e o espiritismo costumam impor mecanismos de controle (castidade, sublimação do desejo). Observa-se também a emergência de igrejas cristãs inclusivas que conciliam espiritualidade e orientação sexual, embora a inclusão nelas possa ser marcada por homonormatividade. O estudo conclui que a religião no Brasil é simultaneamente fonte histórica da homofobia institucional – uma herança colonial – e espaço de resistência e reinvenção do sagrado.

1

Palavras-chave: Religião. Homossexualidade. Inclusão. Homonormatividade.

ABSTRACT: This study analyzed 46 scientific articles published between 2015 and 2025 on the relationship between religion and homosexuality, organizing the findings into seven thematic categories: (1) Homosexuality, Religion, and Political Disputes; (2) “Gay Conversion Therapy”; (3) Christian Homosexuals; (4) Inclusive Christian Churches; (5) Homosexuality, Religion, and Colonialism; (6) Spiritism and Homosexuality; and (7) Homosexuality and Religion. The results indicate that religion in Brazil operates as a biopolitical arena in which conservative groups use strategic secularism to influence legislation and public policies, often translating religious doctrines into scientific or legal arguments to restrict rights. Such discourses contribute to the sinfulization, pathologization, and demonization of homosexuality, generating psychological distress, guilt, and internalized homophobia. The literature also highlights different forms of religious engagement with sexual diversity: Afro-Indigenous religions tend to be more welcoming, while traditional Christian denominations and Spiritism frequently promote mechanisms of sexual regulation. At the same time, inclusive Christian churches have emerged as spaces that seek to reconcile faith and sexual orientation, although their practices may still reflect homonormative standards. The study concludes that religion in Brazil is both a historical source of institutional homophobia and a site of resistance and religious reinvention.

Keywords: Religion. Homosexuality. Inclusion. Homonormativity.

¹Mestre em Ciência da Arte pela Universidade Federal Fluminense. Professor no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco. Universidade Federal de Pernambuco.

²Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Adjunto da Universidade Federal do Amazonas. Universidade Federal do Amazonas.

³Professora Titular UFPE.

RESUMEN: Analizamos 46 artículos científicos publicados entre 2015 y 2025 sobre la relación entre religión y homosexualidad, organizando los hallazgos en siete categorías: 1) Homosexualidad, religión y disputas políticas; 2) "Terapia de conversión gay"; 3) Homosexuales cristianos; 4) Iglesias cristianas inclusivas; 5) Homosexualidad, religión y colonialismo; 6) Espiritismo y homosexualidad; 7) Homosexualidad y religión. Observamos que la religión en Brasil funciona como un campo de disputa biopolítica para influir en el Poder Legislativo y las políticas públicas a través de la instrumentalización de la creencia por parte de grupos conservadores a través del secularismo estratégico: traducir dogmas a lenguaje científico o legal para restringir derechos. Estos discursos promueven la estigmatización, patologización y demonización de la homosexualidad, generando sufrimiento psicológico, culpa y homofobia internalizada. La literatura identifica dinámicas diferenciadas de aceptación: las religiones afroindígenas demuestran mayor receptividad y naturalidad hacia la diversidad sexual; Las denominaciones cristianas tradicionales y el espiritismo tienden a imponer mecanismos de control (castidad, sublimación del deseo). También se observa el surgimiento de iglesias cristianas inclusivas que concilian la espiritualidad y la orientación sexual, si bien la inclusión en ellas puede estar marcada por la homonormatividad. El estudio concluye que la religión en Brasil es, simultáneamente, una fuente histórica de homofobia institucional – un legado colonial – y un espacio de resistencia y reinención de lo sagrado.

Palabras clave: Religión. Homosexualidad. Inclusión. Homonormatividad.

INTRODUÇÃO

A religião consiste em um sistema institucionalizado de crenças, valores e ritos que opera como um modelo do mundo para o mundo, oferecendo modelos explicativos e fórmulas de boa convivência. A espiritualidade, por sua vez, institui uma referência essencial ao sentido da vida, permitindo uma vivência subjetiva e singular que pode ser inclusive não religiosa, funcionando como um horizonte existencial que auxilia o indivíduo a localizar-se no mundo (Zaia, 2022)

O Brasil protege a experiência espiritual e religiosa a partir da Constituição Federal de 1988, que, no seu artigo 5º, estabelece a inviolabilidade da liberdade de crença e assegura a liberdade dos cultos religiosos, onde ninguém, motivado por crença religiosa, poderá ser privado de seus direitos, além de estabelecer a obrigatoriedade de oferta do ensino religioso nas escolas públicas de ensino fundamental, reconhecendo a religião e a espiritualidade como aspectos indissociáveis do exercício da cidadania (Brasil, 1988). A lei 10.825/2003 – Lei da liberdade religiosa – reforça o livre exercício dos cultos religiosos e garante a liberdade para a estruturação interna e funcionamento, reconhecendo-os como pessoas jurídicas de direito privado (Brasil, 2003).

A liberdade legal assegurada pelo Estado aos cultos religiosos garante equidade de reconhecimento, mas também abre um alerta para interpretações que favorecem a exclusão de determinados corpos. Se são livres a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, a lei garante (não de forma explícita) que tais instituições podem estabelecer normas para a aceitação e/ou permanência de membros, normas estas que podem refletir-se em violências para determinados grupos sociais, dentre eles, as pessoas homossexuais.

Assim, o objetivo deste estudo foi analisar a literatura publicada no formato de artigos científicos entre 2015-2025 sobre a relação entre a religião e a homossexualidade.

Por muito tempo, a homossexualidade foi encarada como algo profano, patológico e desviante. Até a segunda metade do século XX, mesmo a ciência patologizava essa variável do desejo sexual, o que, de certa forma, validava discursos religiosos e de senso comum que condenavam e excluía homossexuais, obrigando-os a desenvolver estratégias baseadas no segredo para viver seus desejos sexuais na clandestinidade (Souza, 2022). No Brasil, a discussão entre homossexualidade e religião é dominado por vertentes cristãs que a condenam, mas isso não ocorre sem contradições e disputas dentro do próprio cristianismo. Com o avanço das discussões sobre direitos humanos e inclusão, observamos proposições práticas para a inclusão de fiéis não heterossexuais nas igrejas, como a criação de Igrejas Inclusivas voltadas para o público LGBTQIA+⁴ (Jesus, 2006). Seu surgimento instituiu uma doutrina que modifica e ressignifica a relação entre a identidade sexual e religião. Tais instituições propõem que homossexuais possam vivenciar e ter acesso ao sagrado no seio de uma comunidade (Carmo, Soto, 2017).

Ao passo que as discussões sobre inclusão e sexualidade nas religiões de matriz cristã tem início apenas no século XX, ao analisarmos as religiões afro-indígena brasileiras, é possível perceber, pelo menos à primeira vista, que as diversidades sexuais são mais facilmente incluídas (Meira, 2022). As religiões de matriz afro-indígena – em sua maioria – tem uma melhor receptividade da diversidade, permitindo a vivência não violenta e as expressões das sexualidades em conexão com a experiências do sagrado em uma coletividade/comunidade. Mas não havemos de se romantizar esta relação, mesmo que proporcionalmente seja possível encontrar grande representatividade homossexual nas religiões de matriz afro-indígena (inclusive nos cargos de liderança), esses espaços não estão livres de repressões próprias de seus dogmas.

Homossexuais enfrentam discriminação sistêmica (família, escola e trabalho), sendo frequentemente forçados a adotar aspectos da identidade heterossexual para obter acesso e permanência nos espaços de convívio social. No ambiente escolar, 86% dos estudantes relatam insegurança devido a características relacionadas ao gênero ou sexualidade segundo o relatório da Pesquisa Nacional Sobre Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro (2025); no trabalho, conforme Souza, Honorato e Beiras (2021), homossexuais enfrentam violências desde piadas maliciosas até impedimentos de ascensão profissional, enquanto as instituições minimizam o

⁴ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais e assexuais. O símbolo '+' engloba outras orientações e identidades, como pansexuais não-binários. Escolhemos esta sigla pois ela é a utilizada pelo governo federal brasileiro para a proposição de políticas públicas para minorias sexuais.

preconceito, o que limita seu desenvolvimento, perspectivas de futuro e também o direito à espiritualidade.

Essa realidade se estabelece porque as liberdades/diversidades sexuais, com recorte à homossexualidade, são vistas como risco à manutenção do status quo do poder heterossexual na sociedade brasileira, constituindo-se a homossexualidade pelo conceito de Pânico Moral⁵ (Cohen, 2002), no qual preconceitos e discriminações são reproduzidos e enfatizados por um esquema que identifica a homossexualidade como problema e risco às famílias, lendo o sujeito homossexual como pervertido – muitas vezes associado à pedofilia – onde generalizações impulsionadas pela mídia ou religiões fundamentalistas geram medo, repúdio, rejeição e, por fim, perseguição a esses grupos. A partir do exposto até aqui, a pergunta que norteia esse estudo: o que a literatura publicada no formato de artigos científicos entre 2015-2025 tem discutido sobre a relação entre religião e homossexualidade?

MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa (Whittemore, Knafl, 2005), a partir da:

1) Identificação do problema: o objetivo desta revisão foi analisar a literatura publicada no formato de artigos científicos entre 2015-2025 sobre a relação entre a religião e a homossexualidade.

2) Coleta dos dados: definimos a combinação dos descritores de busca, sendo “Religião e Homossexualidade”; “Religião e Gay”; “Religião e Lésbica” validados nos descritores da Biblioteca Virtual de Saúde (Dec’s BVS). O portal de coleta foi o Portal Periódicos CAPES, escolhido devido ao seu caráter de acesso público aos artigos científicos, mas também por apresentar estudos interdisciplinares, considerando que o tema pode ser estudado do ponto de vista das ciências humanas e sociais. A coleta foi realizada entre os dias 11 e 15 de março de 2026. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados em revistas científicas de língua portuguesa, entre janeiro de 2015 e dezembro de 2025. Como critérios de exclusão, foram removidas outras formas de publicação (artigos de anais de eventos, artigos de outros veículos midiáticos não científicos, livros, dissertações, teses, resenhas e afins). A busca com a combinação de descritores “Religião e Homossexualidade” trouxe 49 resultados. Com a combinação de descritores “Religião e Gay”, 39 resultados e por fim, a busca com os descritores “Religião e Lésbica” trouxe três resultados. O total de resultados coletados foi de 91 resultados.

⁵ Descreve reações coletivas exageradas e desproporcionais a um grupo, comportamento ou fenômeno social, considerado uma ameaça aos valores e interesses da sociedade (Cohen, 2002).

3) Avaliação dos dados coletados. Foram lidos os títulos e resumos de todos os resultados coletados e nessa etapa, 37 resultados foram excluídos: quatro resenhas, uma dissertação, uma apresentação de um dossiê, e os outros 31 não apontavam para o tema deste estudo. Posteriormente, os 54 artigos restantes foram descritos em uma planilha do Microsoft Excel para serem organizados, onde foram excluídos os artigos que estavam repetidos entre as bases, sendo oito. Restaram então 46.

4) Análise e interpretação dos dados, com leitura completa dos 46 artigos. Para apoio na leitura, foi elaborado o instrumento "protocolo de RI", baseado no estudo de Evans e Pearson (2001), que auxiliou na análise descritiva e conteve: a pergunta da revisão, critérios de inclusão e estratégias de busca, assim descritos: i) identificação (título do artigo, título da revista, área do periódico, base de dados, ano, autores e país da publicação); ii) metodologia do estudo; iii) principais considerações/resultados e pergunta da pesquisa; iv) campo para justificativa de exclusão da amostra final. Após análise, o revisor emitiu parecer de "selecionado" ou "não selecionado" para cada artigo, seguindo critério de relevância da amostra e se contemplava integralmente a temática proposta. Nesta etapa, nenhum artigo foi excluído.

O universo da revisão foi composto por 46 artigos (descritos no quadro 1), majoritariamente vinculados à grande área interdisciplinar (33 estudos). Em sequência: seis em educação, quatro em psicologia, dois em ciências sociais e um em jornalismo. A distribuição anual foi: três em 2015 e 2016, 10 em 2017, três em 2018, cinco em 2019, quatro em 2020, seis em 2021, dois em 2022 e 2023, oito em 2024, e nenhum em 2025. As abordagens metodológicas foram diversificadas: 17 qualitativos, um quantitativo, 13 ensaios teóricos, 12 documentais, duas revisões de literatura e um estudo de caso.

Quadro 1: universo de artigos analisados no estudo

Artigo	Revista/Método/Ano	Autores
Homossexualidade, religião e direitos: a controvérsia sobre o Estatuto da Família no Brasil	Sociedade e Cultura/Documental/2017	Renata Reverendo Vidal Kawano Nagamine; Olivia Alves Barbosa
Relações entre religiosidade e homossexualidade em jovens adultos religiosos	Psicologia & Sociedade/Qualitativo/2017	Laura moraes Ribeiro; Fabio Scorsolini-Comin
Marcadores cruzados: etnicidade, homossexualidade e religião	Cadernos Pagu/Estudo de Caso/2016	Martinho Tota Filho Rocha de Araújo
O debate legislativo carioca sobre a “mudança da homossexualidade”: ciência, política e religião	Sexualidad, Salud y Sociedad/Documental/2017	Ana Teresa Acatauassú Venancio; Pilar Rodriguez Belmonte
Heterossexualidade e Homossexualidade: prescrições sobre o uso do corpo das mulheres evangélicas	Religião e Sociedade/Qualitativo/2018	Nina Rosas
Homossexualidade: psicanálise, religião e educação	Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis/Ensaio/2017	Eliseu Roque do Espirito Santo
“Está na bíblia! Você leu a bíblia, seu pervertido?": Intersecções entre religião e homossexualidades a partir do filme “O Padre”	Revista Diversidade e Educação/Ensaio/2021	Roniel Santos Figueiredo et al.
Reflexões sobre o conflito entre religião e homossexualidade	Self – Revista do Instituto Junguiano São Paulo/Ensaio/2020	Guilherme Silva Gonçalves
Homossexualidade, família e religião: uma análise psicossocial de Orações Para Bobby.	Psicologia em Estudo/Documental/2024	Gabryelle da Silva Oliveira et al.
“A igreja católica te condena. A igreja evangélica te condena”: O discurso religioso judaico-cristão afetando a construção da identidade lésbica	Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama/Qualitativo/2020	Maria Cristina Nascimento de Souza; Marcos Lopes de Souza
Solteirice e invisibilização: a relação entre religião e homossexualidade no Ministério Evangélico LGBTQ+ “Movimento Cores”	Revista Ártemis/Qualitativo/2020	Luiz Signates; Thales Moura
Repatologizando a homossexualidade: a perspectiva de "psicólogos cristãos" brasileiros no século XXI	Estudos e Pesquisas em Psicologia/Ensaio/2018 6	Cleber Michel Ribeiro de Macedo; Horacio Federico Sívori
A representação da homossexualidade no discurso espírita de Divaldo Franco	Revista Movimentação/Documental/2020	Francisco Jomário Pereira

Infância, religião e colonialidade: trajetórias de homens gays	Momento: diálogos em educação/Ensaio/2019	Henrique Caetano Nardi; Robson Antônio da Silva Gonçalves
“Cura gay”: psicologia, política e religião, perspectivas em torno da problemática	Periódicus/Revisão de literatura/2021	Marcos Oliveira de Novaes
Religião e comportamento sexual: concepções cristãs sobre sexualidade	RELEGENS THRÉSKEIA - estudos e pesquisa em religião/Ensaio/2017	Alisson José Oliveira Duarte
Religião e representações da homossexualidade em escolas públicas de Penápolis – SP (1990-2009)	Revista Memore/Documental/2018	Carlos Eduardo Marotta Peters
Atitudes face à homossexualidade: uma proposta de avaliação para a intervenção socioeducativa	Itinerarius Reflectionis/Quantitativo/2017	Cristiana Pereira Carvalho et al.
Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”	Religião e Sociedade/Documental/2019	Alexandre Oviedo Gonçalves
Apontamentos para uma história da criminalização da homossexualidade em Portugal e no Brasil contemporâneo	RELIES/Ensaio/2024	Raquel Afonso
De antídoto à veneno: discurso político de viés religioso sobre homossexualidade – parte 1	Revista Contemporânea/Documental/2024	Andreia da Fonseca Araujo et al.
De antídoto à veneno: discurso político de viés religioso sobre homossexualidade – parte 2	Revista Contemporânea/Documental/2024	Andreia da Fonseca Araujo et al.
A homossexualidade e o cristianismo conservador: a face cristã da intolerância religiosa espelhada na bíblia	Revista científica multidisciplinar núcleo do conhecimento/Documental/2019	Arlindo Nascimento Rocha
A religião e sua relação com a constituição de identidades homossexuais	Revista Educere Et Educare/Qualitativo/2018	Andréa Forgiarini Cecchin
“A mão que afaga é a mesma que apedreja”: análise discursiva sobre amor materno, religião e sexualidade	Periódicus/Ensaio/2021	Leila Silvana Pontes
Análise da teologia dos direitos humanos da igreja da comunidade metropolitana de São Paulo	Revista Temporis(ação)/Qualitativa/2022	Evanway Sellberg Soares
Entre a rejeição moral e o acolhimento pastoral: diferentes percepções e práticas na Igreja Católica em relação à população LGBTQIA+	Estudos da Religião/Documental/2024	Jaci de Fátima Souza Candiottto; Silvia Mara Camargo Kreuz
A construção discursiva do “kit gay” como instrumento de manipulação do eleitorado evangélico brasileiro	Paralellus/Ensaio/2022 7	Guilherme Antônio Lopes de Oliveira
Cantar e Dançar para Jesus: sexualidade, gênero e religião nas igrejas inclusivas pentecostais	Religião e sociedade/Qualitativo/2017	Marcelo Tavares Natividade
"A bicha preta pentecostal incomoda!": uma fala sobre gênero, raça e religião	Revista Contemporânea/Qualitativo/2023	Átila Augusto dos Santos

Representações da homossexualidade no Espiritismo	Revista brasileira de ciências sociais/Qualitativo/2023	Francisco Pereira
A produção literária sobre homofobia internalizada	Revista Brasileira de Estudos sobre a Homocultura/Revisão de Literatura/2019	Daniel Cerdeira de Souza et al.
Uma família como outra qualquer: Casamento igualitário e novas famílias em igrejas evangélicas LGBT	Sexualidad, Salud y Sociedad/Qualitativo/2019	Marcelo Natividade
A "sadia radicalidade" do pentecostalismo católico: mídia, gênero e literatura de massa	Revista Brasileira de História da Mídia/Documental/2016	Frederico Alves Mota; Regina Célia Lima Caleiro
A organização eclesial da Comunidade Cristã Nova Esperança: entre acolhimentos e o desacolhimentos	Horizonte/Qualitativo/2015	Rubio José Ferreira; Moizes Generino da Silva
"A quem pertence esse corpo?": religião e esterilização do corpo bicha	Periódicos/Qualitativo/2017	Alexsandro Rodrigues; Steferson Zanoni Roseiro; Matheus Magno dos Santos Fim
A disputa pela laicidade: Uma análise das interações discursivas entre Jean Wyllys e Silas Malafaia	Religião e sociedade/Documental/2015	Roberta Bivar Carneiro Campos et al.
Homofobia cristã e conservadorismo político: uma análise da atuação discursiva da Exodus Brasil no contexto do governo Bolsonaro	REVER: Revista de Estudos da Religião/Qualitativo/2024	Ana Rosa Cloclet da Silva; Fernando César Buttignol
"Gelo no pênis, exorcismo e medo": gênero, sexualidade e religião em relatos de seminaristas e padres homossexuais	Mandrágora/Qualitativo/2021	Eliane Rose Maio; Jean Pablo Guimarães Rossi
"Educar corretamente evitando aberrações": notas introdutórias sobre discursos punitivos/discriminatórios acerca das homossexualidades e transgeneridades.	PARALELLUS: Revista de Estudos de Religião – UNICAP/Ensaio/2015	Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Fº
Eu vejo na minha sexualidade o motivo para viver melhor o que é ser cristão": Resignificação e regulação das homossexualidades no Projeto Aprisco.	Tempo de ciência/Qualitativo/2021	Alessandra dos Reis Cristina; Satiê de Oliveira Pátaro Frank; Antonio Mezzomo.
"O Corpo quer, a Alma Entende"(?): atravessamentos religiosos ao corpo-território-LGBT+	Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade/Qualitativo/2024	Janivaldo Pacheco Cordeiro; Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios
Muito além do Arco-íris: homossexualidade(s) e diversidade sexual em práticas discursivas em torno de uma Igreja Inclusiva da cidade do Recife-PE.	Periódicos/Qualitativo/2024 ⁸	Silas Veloso de Paula Silva; Júlia Alves de Almeida; Priscylla Karollyne Gomes Dias

Homens católicos com práticas homossexuais: o lugar da religião na produção de sentidos	Interfaces Científicas - Humanas e Sociais/Ensaio/2016	Alexandra Ribeiro Leite
Boy erased: identidades LGBTQIAPN+ em contextos cristãos conservadores	Revista Mandrágora/Ensaio/2024	Tacel Coutinho Leal
Aquém do fundamentalismo, além da intolerância: hostilidade e hospitalidade no debate sobre direitos de gays e lésbica	Sexualidad, Salud y Sociedad/Ensaio/2017	Renata Reverendo Vidal K. Nagamine; Marcelo Tavares Natividade

Fonte: elaborado pelos autores a partir da revisão de literatura, 2026.

Para analisar os dados extraídos, foi utilizada a Análise de Conteúdo, procedimento organizado em três fases segundo Bardin (2011): I) Pré-Análise: a organização de todos os materiais da coleta de dados (a leitura dos artigos no protocolo); II) Exploração do Material – operações de codificação por regras de complementarização e contradição para construir texto informativo coeso (após leitura no protocolo, criaram-se as categorias); e III) Tratamento dos resultados – análise propriamente dita, onde resultados brutos foram tratados para serem significativos.

RESULTADOS

Apresentamos os resultados da revisão. Destaca-se que aqui os apresentamos de forma descritiva, sendo esta seção composta pelo entrelaçamento dos dados dos 46 artigos analisados.

Homossexualidade, religião e disputas políticas

Conforme Maranhão F^o (2015), muitas instituições religiosas utilizam argumentos pseudocientíficos que negam as dimensões complexas da homossexualidade e defendem vigilância e normatização de corpos desde a infância, sustentando a relação entre religiões cristãs e a homossexualidade por uma tríade de desqualificação: pecadologização, patologização e demonização, que associa diversidade sexual a doença ou possessão, legitimando a exclusão. Exemplo disso está no estudo de Nagamine e Barbosa (2017), que, analisando estratégias discursivas e escolhas normativas de políticos ligados às igrejas cristãs tradicionais sobre o Projeto de Lei (PL) nº 6.583/2013 (Estatuto da Família), mostra que esses atores utilizam linguagem científica para restringir o conceito de família à união monogâmica heterossexual, em reação aos avanços dos direitos LGBTQIA+ no Brasil.

Venancio e Belmonte (2017) defendem que o debate sobre o PL nº 717/03 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) exemplifica as tensões entre ciência, política e religião no Brasil, ao propor o uso de verbas públicas para programas de mudança da homossexualidade, defendidos por conservadores religiosos que distorcem conceitos científicos como livre-arbítrio e homossexualidade egodistônica⁶ para justificar agendas morais, invocando retórica da liberdade de escolha, acusando o movimento LGBTQIA+ e conselhos profissionais de coação. A derrota do

⁶ Condição em que a orientação sexual entra em conflito com o sistema de valores do indivíduo, gerando angústia e sofrimento (Welss *et al.*, 2011). O termo foi removido do CID-11 definitivamente, pois foi considerado um meio de continuar patologizando a homossexualidade. A OMS reconheceu que o sofrimento relacionado à orientação sexual resulta do preconceito, não da orientação em si.

projeto em 2004 destacou o peso da regulação profissional do Conselho Federal de Psicologia (CFP) na defesa dos direitos sexuais, mas mostrou que grupos conservadores adaptam linguagens científicas e jurídicas para interferir na autonomia privada, tentando aproximar a lei civil dos dogmas religiosos.

Nessa direção, Campos, De Gusmão e Junior (2015) explicam que no Brasil o discurso sobre homossexualidade é marcado não apenas por divergências teológicas, mas por luta pela laicidade do Estado, onde lideranças religiosas mobilizam linguagens científicas e jurídicas para legitimar oposição à diversidade sexual. Destaca-se a estratégia de desnaturalização da homossexualidade, defendida por figuras como Silas Malafaia, que a concebem como passível de reorientação. Em contraposição, atores laicos como Jean Wyllys defendem excluir a religião do debate público sobre sexualidade, com o argumento de que tais discursos violam princípios científicos e éticos e propõe o combate ao preconceito como resposta ao sofrimento psíquico provocado pela discriminação.

Nagamine e Barbosa (2017) explicam que atores cristãos católicos e evangélicos buscam ocupar espaços nos Poderes Legislativo e Executivo para influenciar a vida pública. Esses parlamentares recorrem ao chamado secularismo estratégico, que consiste em travestir argumentos religiosos de vestes seculares, como discursos biológicos, jurídicos ou apelos ao direito natural. A argumentação desses grupos religiosos frequentemente se baseia na vontade da maioria, sustentando que, por ser o Brasil um país majoritariamente cristão, as leis deveriam refletir esse credo.

A força desses argumentos é vista em diversos espaços públicos. Conforme Peters (2017), presença de discursos pentecostais e neopentecostais em escolas públicas transformou a educação e a escola em campo de batalha simbólica contra homossexualidade, reconfigurando diversidade sexual como ameaça moral e espiritual à ordem divina e à sociedade. A principal estratégia é a patologização/demonização do homossexual, inicialmente apresentado como doente que precisa de cura em Cristo e depois como conspirador ligado ao diabo que atacaria a família natural. Exemplo disso aparece na pesquisa de Cordeiro e Rios (2024): no ambiente escolar, a influência religiosa força professores LGBTQIA+ a produzir um olhar vigilante sobre si mesmos, se comportando para impedir que a sua orientação sexual comprometa sua imagem profissional. Isso resulta em uma pedagogia do silenciamento, onde o docente busca ser discreto para ser tolerado, muitas vezes forjando uma identidade desprovida de sexualidade para garantir o respeito de alunos e comunidade. Esses discursos rejeitam a laicidade ao afirmar que os direitos humanos se originam na Bíblia, tratando a equidade como um sequestro por agendas pervertidas e rotulando a igualdade

como fraude ideológica dos homossexuais e intelectuais. Assim, as representações religiosas nas escolas consolidam um olhar de intolerância e hostilidade, que reduz a homossexualidade a uma afronta à natureza e justifica o combate aos homossexuais como parte de uma guerra santa para impor leis religiosas à esfera pública (Peters, 2017).

O estudo de Araujo *et al.* (2024a) sustenta que a mobilização de discursos religiosos fundamentalistas no espaço público atua como mecanismo de politização da fé, restrição e negação de direitos civis a populações dissidentes. A partir da análise das falas de Marco Feliciano, os autores explicam que a instrumentalização da noção de somos a imagem de Deus legitima práticas de exclusão e hierarquização da vida, comprometendo os princípios republicanos ao definir quais sujeitos são dignos de reconhecimento. Nesse contexto, tais discursos operam como dispositivos de higienização social, ao impor interpretações bíblicas como norma política, inibir o pensamento crítico e converter a religião em um aparato de regulação e patologização das diferenças. Nesse sentido, em outro estudo, Araujo *et al.* (2024b) argumentam que a religião, historicamente tratada como antídoto para o sofrimento psíquico, torna-se um veneno quando é instrumentalizada por líderes públicos para legitimar a homofobia. O estudo exemplifica isso com as falas do deputado e pastor Marco Feliciano, que rotula a homossexualidade como obra de Satanás e, com isso, sugere que direitos civis básicos dessa população são privilégios que ameaçam a família.

12

O estudo de Oliveira *et al.* (2022) explica que a relação entre homossexualidade e religião no Brasil é uma disputa de sentidos, com o discurso conservador evangélico instrumentalizado pela nova direita – via Bancada Evangélica, eleição de 2018 e mídias sociais – como ferramenta de poder político. Projetos de cura gay e censura a temas de gênero, aliados à construção de *fake news* nas redes sociais, instigam pânico moral para manipulação eleitoral e distorcem políticas antidiscriminação como exposição sexual de crianças. De Novaes (2021) explica que a tentativa de repatologizar a homossexualidade no Brasil representa um embate biopolítico centralizado na disputa entre a ciência, a política e a religião. Essa ofensiva manifesta-se por meio da atuação da Bancada Evangélica, que tenta subverter o consenso científico global ao tentar sustar a Resolução 01/99⁷ do CFP.

⁷ A norma estabelece que a homossexualidade não constitui doença e proíbe os psicólogos de oferecer terapias de reversão sexual (CFP, 1999).

A “Cura gay”

Conforme Rodrigues e Roseiro (2017), os discursos cristãos na regulação biopolítica dos modos de vida vem produzindo um corpo esterilizado cuja existência só é reconhecida quando plenamente ajustada à norma religiosa. A chamada cura gay emerge, então, como efeito de um agenciamento coletivo que articula discursos religiosos, políticos, médicos e midiáticos. Tal processo se sustenta por práticas de assepsia moral e corporal, justificadas como salvação da alma, que podem chegar a formas de violência, ao mesmo tempo em que produzem subjetividades que escolhem a heteronormatividade como estratégia de sobrevivência diante do medo e da exclusão. Conforme Rosas (2018), a religião evangélica busca reformar a sexualidade e a subjetividade por meio de discursos que monitoram e moralizam os usos do corpo à norma heterossexual, vinculando-os à condição espiritual.

Mas essa discussão também está ligada a disposições institucionais e profissionais. A partir de De Macedo e Sívori (2018), a tentativa de repatologizar a homossexualidade no Brasil por parte de psicólogos cristãos revela um embate entre direitos humanos, ética profissional e laicidade. O CFP, que proíbe terapias de reversão, é atacado por grupos conservadores que alegam violação de liberdade científica e religiosa, que na prática buscam reestigmatizar a sexualidade dissidente.

Conforme De Novaes (2021), a emergência de uma suposta psicologia cristã atua como um mecanismo de secularismo estratégico, utilizando identidades profissionais para camuflar tentativas de aniquilação de subjetividades. Gonçalves (2019) explicita que os embates em torno da cura gay mostram como líderes religiosos articulam argumentos teológicos, científicos e jurídicos para tratar a homossexualidade como uma doença de origem traumática. O autor explica ainda que projetos de lei como o Projeto de Decreto Legislativo 234/2011⁸ e o PL 4931/16⁹ exemplificam a politização que na prática tenta desmontar a barreira ética contra a clínica pastoral de reversão. Ao mesmo tempo, esses grupos criam a categoria de “ex-homossexual” como nova minoria merecedora de proteção estatal, invertendo a lógica de defesa de corpos estigmatizados para justificar práticas de exclusão.

13

⁸ Susta o parágrafo único do art. 3º e o art. 4º, da Resolução do CFP nº 1/99, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à orientação sexual. O projeto encontra-se arquivado.

⁹ Visava garantir a psicólogos e profissionais de saúde mental o direito de aplicar terapias para a mudança de orientação sexual, isentando-os de punições. O projeto encontra-se arquivado.

Homossexuais cristãos

Conforme Cecchin (2018), a constituição das identidades homossexuais é profundamente atravessada pela religião. Em contextos como o do catolicismo e do evangelicalismo conservadores, essa lógica favorece a internalização de estigmas. Essas perspectivas, enquanto tradições, impõem formas distintas, porém convergentes, de controle – seja pela exigência de castidade, seja por discursos de cura e reversão. Diante disso, os sujeitos desenvolvem estratégias de resistência, como o ocultamento da identidade ou a busca por espaços religiosos mais acolhedores.

Conforme Ribeiro e Scorsolini-Comin (2017), a relação entre religião e homossexualidade não é apenas conflito de exclusão mútua, mas se configura campo de negociação subjetiva e resistência dentro das instituições de fé. Embora doutrinas cristãs classifiquem a homossexualidade como pecado, sujeitos exercem agência ativa para conciliar fé com orientação sexual. O argumento central para isso é a distinção entre dogma institucional e vivência na comunidade local: para muitos homossexuais a qualidade das relações interpessoais e o acolhimento em comunidades específicas são mais determinantes para o desenvolvimento e a permanência na religião do que normas abstratas da instituição, permitindo a permanência na fé e priorizando vínculos de amizade e redes de apoio social mesmo diante de estruturas marginalizadoras. Além disso, observa-se releitura dogmática: os sujeitos utilizam valores da própria religião (como amor incondicional de Deus) para validar sua existência, desafiar a visão patologizante/pecaminosa e transformar saber religioso em um instrumento de autoaceitação e conforto emocional, demonstrando que religiões não são monolíticas, mas sofrem ajustes constantes das trajetórias individuais e experiências de vida.

Contudo, essa integração não é isenta de custos, ocorrendo muitas vezes uma naturalização da discriminação. Ao aceitarem restrições em suas atividades religiosas (como o afastamento de ministérios ou cargos de liderança) em troca da manutenção do vínculo comunitário, esses fiéis vivenciam uma inclusão parcial e hierarquizada. Essa tolerância com ressalvas sugere que, embora haja flexibilização nas comunidades, o cenário mais amplo ainda tende a desqualificar a homossexualidade em comparação aos padrões heteronormativos (Ribeiro, Scorsolini-Comin, 2017).

Dentro do catolicismo, conforme Reis, Pátaro e Mezzomo (2021), existem iniciativas que buscam integrar esses sujeitos à vida religiosa, advindas do chamado efeito Papa Francisco, que abrem espaço para práticas de acolhimento que permitem a ressignificação da identidade sexual-

religiosa e conforme Leite (2016), embora a tradição cristã historicamente tenha operado por meio do poder pastoral para normatizar e impor a heterossexualidade como padrão, esse discurso não se mantém homogêneo diante da emergência de práticas religiosas mais flexíveis. Nesse contexto, o sujeito sexual-religioso contemporâneo passa a negociar sua fé a partir de experiências individuais, reinterpretando dogmas e construindo formas de pertencimento que independem da adesão estrita às normas institucionais. Ainda que o conflito entre fé e sexualidade continue produzindo culpa e afastamento religioso, o estudo destaca que a religião também se configura como espaço de disputa simbólica, no qual sujeitos elaboram estratégias para reconciliar identidade e espiritualidade, tensionando os limites impostos pela tradição. Assim, conforme Gonçalves (2020), embora os dogmas religiosos frequentemente marginalizem homossexuais, o abandono total dos símbolos religiosos pode ser prejudicial ao indivíduo, pois esses símbolos cumprem uma função reguladora essencial para a saúde psíquica.

Signates e Moura (2020) trazem uma curiosa relação entre a homossexualidade e os espaços evangélicos. Ao analisar a relação entre o Ministério Movimento Cores¹⁰ e a Igreja Batista da Lagoinha, os autores perceberam um conflito simbólico entre identidades religiosas tradicionais e as identidades de orientação sexual em busca de reconhecimento. Uma das principais estratégias para viabilizar essa coexistência paradoxal é a invisibilização sistemática, na qual a igreja-mãe omite deliberadamente a existência do Ministério Cores em suas programações oficiais, websites e materiais gráficos. Essa invisibilidade estendendo-se à própria líder do movimento (a missionária Priscila Coelho), que evita ocupar espaços de destaque na igreja para não atrair atenção indesejada. Outro pilar fundamental dessa convivência é o conceito de solteirice, uma estratégia teológica que admite a identidade homossexual enquanto essência, mas exige a negação total da prática sexual e de relacionamentos íntimos. Essa configuração cria o que os autores chamam de código religioso perfurado: o fiel pode consumir elementos da cultura LGBTQIA+ desde que renuncie à vivência de sua sexualidade. O estudo sugere que esse arranjo configura um gueto interacional ou uma espécie de *apartheid* religioso, onde o sentimento de pertencimento é oferecido em troca do silenciamento e do isolamento em relação ao ambiente hegemônico da igreja. Portanto, a experiência no Movimento Cores não representa o exercício de aceitação incondicional, mas uma submissão vigiada que impõe a negação de si próprio como condição de presença.

¹⁰ Ministério evangélico criado em 2014, sediado na Igreja Batista da Lagoinha focado no acolhimento de pessoas LGBTQIA+ que desejavam viver a fé cristã.

A relação entre homossexualidade e a religião cristã também traz complexidades outras que precisam ser consideradas. De Souza *et al.* (2019) argumentam que essa relação desempenha um papel central na formação da homofobia internalizada entre homossexuais, funcionando como um dispositivo disciplinador que eleva a heterossexualidade a padrão natural e marginaliza a homossexualidade como anormal. A religião hegemônica cristã molda o juízo de valor do indivíduo sobre si próprio, o fazendo assim assimilar e reproduzir discursos condenatórios para blindar sua identidade e evitar a ruptura com o grupo religioso. O estudo dos autores sustenta que sem a desconstrução de normas religiosas excludentes e a superação dos significados homofóbicos internalizados, torna-se difícil para o sujeito construir uma identidade homossexual positiva e viver sua orientação de forma plena.

Igrejas cristãs inclusivas

Santo (2017) explica que nas igrejas cristãs, mesmo a homossexualidade ainda sendo majoritariamente vista como uma transgressão da lei divina, a religião não é estática, antes, é histórica e cultural. Os princípios de amor, justiça e graça, aliados às necessidades práticas das comunidades, tendem a forçar uma atualização da fé. Assim como ocorreu com a aceitação do divórcio, as instituições religiosas enfrentam o desafio de repensar seus dogmas para acolher fiéis homossexuais que buscam conciliar sua espiritualidade com sua orientação sexual.

16

Soares (2022) argumenta que, enquanto a teologia cristã evangélica tradicional se ancora em um molde heterossexual para restringir identidades, as igrejas inclusivas promovem uma releitura baseada na valorização do indivíduo e na defesa dos direitos humanos. O ponto de partida dessa transformação é a desconstrução do conceito de pecado: este deixa de ser identificado com a orientação sexual ou identidade de gênero e passa a ser definido como a própria opressão e exclusão. Sob essa ótica, sistemas que promovem a morte ou a marginalização de minorias são vistos como afrontas a um Deus que é, essencialmente, diversidade. A teologia inclusiva sustenta que, se o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus, toda a pluralidade de identidades representa atributos do próprio Deus no mundo. O autor observou que a relação entre fé e sexualidade pode ser mediada por ferramentas intelectuais como a Teologia Queer e as estratégias de hermenêutica bíblica. Essas abordagens permitem que a Bíblia seja lida como um livro de seu tempo, cujas passagens homofóbicas ou machistas são subordinadas a princípios contemporâneos de libertação e justiça social. Essa 'teologia militante' se entrelaça com movimentos civis por

direitos, promovendo a inclusão não apenas como um rito litúrgico, mas como um ato político e ético (Candiotto, Kreuz, 2024).

Natividade (2017) destaca que as igrejas cristãs inclusivas são subversivas ao discurso religioso hegemônico evangélico que trata homossexualidade como abjeção satânica. As estratégias para essa questão envolvem ressignificações teológicas, como releituras bíblicas (como o amor entre Davi e Jônatas) que promovem aceitação, autonomia e igualdade, conciliando fé com direitos humanos. Contudo, essa inclusão impõe novas normatividades. Muitas igrejas inclusivas impõem códigos de conduta rígidos para remover o estigma da homossexualidade, valorizando a monogamia e a discrição gestual, afastamento de expressões públicas da identidade (proibindo o ‘dar pinta’) (Reis, Pátaro, Mezzomo, 2021).

Assim, enquanto subvertem a condenação tradicional, essas instituições criam novos domínios do pecado, como o sexo sem compromisso, elegendo a conjugalidade como o modelo ideal de vida cristã. A fluidez do gênero também é um ponto central na ressignificação, onde no ambiente do louvor, as fronteiras de gênero tornam-se mais porosas, pois o feminino é destacado como potência criadora, permitindo que homens gays e mulheres lésbicas subvertam binaridades tradicionais por meio da arte (Natividade, 2017). Mas aqui cabe o destaque de uma contradição importante. Dos Santos (2023) explica que apesar do avanço das igrejas inclusivas, elas não estão imunes ao racismo multifacetado brasileiro. Nesses espaços, ainda há uma predominância de lideranças brancas e critérios de exclusão baseados em aparência e status acadêmico, o que gera o isolamento social de homens gays pretos.

O estudo de Natividade (2019) sustenta que as igrejas cristãs inclusivas realizam um contínuo trabalho cultural de ressignificação bíblica, defendendo que Deus criou todas as orientações sexuais e mobilizando interpretações alternativas das escrituras para sustentar essa visão. Além disso, articulam a fé cristã com a luta por direitos civis, como casamento igualitário e adoção, transformando a religião em instrumento de visibilidade e cidadania LGBTQIA+. Contudo, essa inclusão é regulada por normas que privilegiam modelos de uma ‘homossexualidade santificada’. Exemplo dessa regulação foi observado por Ferreira e Da Silva (2015), pois apesar da aceitação, persistem normas morais rígidas baseadas principalmente em conformidade de gênero. Assim, embora representem um avanço ao ampliar o acesso de minorias sexuais à religião, tais igrejas ainda enfrentam limites estruturais.

Conforme apontam Nagamine e Natividade (2017), o campo religioso é atravessado por disputas internas no qual iniciativas como igrejas inclusivas e teologias LGBTQIA+ buscam

conciliar fé e diversidade sexual, podendo contribuir para práticas mais democráticas no espaço público. Nesse sentido, Silva, Almeida e Dias (2021) destacam que a relação entre homossexualidade e cristianismo constitui um campo de embates, em que a Teologia Inclusiva promove releituras bíblicas para legitimar identidades dissidentes e possibilitar a reconciliação entre sexualidade e espiritualidade, ainda que mantenha, de forma híbrida, certos valores tradicionais. Por sua vez, Leal (2024) discute que, embora a teologia conservadora historicamente produza exclusão, sofrimento e restrição de direitos, emergem perspectivas inclusivas e *queer* como formas de resistência e reinvenção do sagrado. Assim, o crescimento das igrejas inclusivas revela avanços na construção de pertencimento religioso, mas também expõe a permanência de tensões e a necessidade de ressignificações que impeçam a religião de operar como dispositivo de exclusão.

Homossexualidade, religião e colonialismo

De um ponto de vista histórico, a revisão trouxe dados que mostram que a criminalização da homossexualidade em Portugal e no Brasil tem origem na influência da moral cristã, que, ao ser incorporada às leis civis, definiu a homossexualidade como pecado/crime, legitimando punições extremas no contexto colonial. Dessa forma, a religião é apresentada como base histórica da homofobia institucionalizada, sustentando mecanismos de controle sobre corpos e subjetividades (Afonso, 2024). Outras pistas sobre essa questão emergem no estudo de Nardi e Gonçalves (2019). Os autores argumentam que a construção da identidade de homens gays no Brasil é marcada pela colonialidade do ser e do saber herdada de matriz cristã eurocêntrica que instituiu a heterossexualidade como norma e pecadologizou a homossexualidade. Essa lógica promoveu acoplamento entre moral religiosa e autoridade científica, perpetuando hierarquias e estigmas mesmo após sua despatologização. Desde a infância, essa estrutura opera por uma pedagogia da culpa, associando desejo à ideia de pecado.

Conforme De Araújo (2017), as relações entre etnicidade, homossexualidade e religião entre os povos indígenas potiguara revelam que esses marcadores se articulam de forma interdependente, sendo a religião o elemento mais determinante na construção das subjetividades. Nesse contexto, o cristianismo tende a enquadrar a homossexualidade como desvio, gerando conflitos internos, enquanto religiões de matriz afro-brasileira, como a umbanda, oferecem maior acolhimento e possibilidade de conciliação entre fé e sexualidade. A forte presença das instituições cristãs na região impõe normas de conduta que frequentemente se sobrepõem às tradições

indígenas, reforçando padrões excludentes. Assim, embora a identidade indígena tenha relevância política, é a moral religiosa que exerce maior poder regulador sobre a vivência da homossexualidade.

Espiritismo e homossexualidade

Pereira (2020) analisa o espiritismo brasileiro como dispositivo de saber-poder que, sob aparência de acolhimento e cientificidade, regula a homossexualidade, defendendo a sublimação¹¹ como via de dignidade, o que reforça a normatividade heterossexual. Em diálogo, Pereira (2023) relata ambivalência da doutrina espírita que ao naturalizar homossexualidade como condição espiritual, mantém mecanismos de controle moral que limitam a expressão plena. Duarte (2017) amplia análise demonstrando que diferentes tradições religiosas historicamente atuam como dispositivos de controle da sexualidade (com variações de intensidade), produzindo acolhimentos ambivalentes e exigências normativas que perpetuam estigmas (reforçando a ideia espírita de sublimação da sexualidade dissidente). Assim, apesar de nuances entre repressão e abertura, o campo religioso permanece marcado por tensões que regulam corpos e subjetividades, simultaneamente possibilitando estratégias de reinvenção e resistência.

Homossexualidade e a religião

19

Essa categoria reúne informações diversificadas sobre o objeto de estudo desta revisão. Carvalho *et al.* (2017), explica que o preconceito contra pessoas LGBTQIA+ permanece significativo em contextos sociais e acadêmicos, sendo a religião um dos principais fatores associados a atitudes negativas, especialmente entre indivíduos com maior nível de religiosidade. Exemplo dessa questão é o estudo de Pontes (2021), que analisou como o discurso religioso cristão conservador, exemplificado nas postagens da cantora gospel Eyshila sobre a homossexualidade de seu filho, opera como violência simbólica disfarçada de amor materno. O discurso da cantora patologiza a diversidade sexual como maldição curável por milagres divinos. Essa ideologia perpetua preconceitos que alimentam violência no Brasil, legitimando rejeições sob o pretexto de zelo espiritual e impedindo uma aceitação genuína.

Destaca-se que o uso de testemunhos de ex-homossexuais atua como dispositivo pedagógico que incentiva a autocontenção e a conformidade aos modelos binários tradicionais,

¹¹ Na psicanálise, a sublimação é um mecanismo de defesa considerado saudável. Ocorre quando impulsos inconscientes (frequentemente de natureza sexual ou agressiva) que são inaceitáveis para a sociedade ou para o próprio indivíduo, são canalizados em atividades socialmente valorizadas.

evidenciando o caráter disciplinador dessas práticas religiosas (Rosas, 2018). Nesse contexto, o concretismo religioso constitui um dos principais entraves à aceitação da diversidade sexual (Gonçalves, 2020), como exemplificado no filme *Orações para Bobby*, em que a internalização de valores heteronormativos resulta em sofrimento psíquico extremo. Assim, a intolerância sustentada por dogmas religiosos compromete o pertencimento e a segurança dos sujeitos, podendo levar a desfechos trágicos como o suicídio.

Avançando na discussão, Figueiredo *et al.* (2021) explica que a igreja católica impõe uma pedagogia marcada por culpa, na qual o desejo é silenciado e o corpo subordinado à moral religiosa. Nesse contexto, o segredo assume papel central, articulando o confessionário ao armário homossexual como espaço ambíguo de proteção e controle, que mantém a invisibilidade e limita a ação política dos sujeitos.

Em relação a homossexualidade feminina, conforme De Souza e De Souza (2020), o discurso religioso cristão atua na regulação da identidade lésbica ao classificá-la como desvio, sustentado por interpretações bíblicas literalistas e por uma lógica associada à branquitude patriarcal que nega a diversidade sexual. No entanto, as autoras destacam a existência de estratégias de resistência nas quais algumas mulheres reinterpretam a fé a partir de princípios inclusivos, enquanto outras rompem com instituições religiosas para afirmar sua autonomia.

20

Conforme Rocha (2019), a relação entre cristianismo e homossexualidade configura um campo de tensão em que um discurso fundamentado no amor é mobilizado, de forma paradoxal, para sustentar intolerância e exclusão. O autor argumenta que a homossexualidade é um traço histórico da experiência humana e que sua repressão se intensificou com a institucionalização do cristianismo como instrumento de controle social, sendo atualmente reforçada pela leitura isolada de passagens bíblicas.

Conforme Mota e Caleiro (2016), a produção literária da Comunidade Canção Nova atua como dispositivo de controle moral da homossexualidade e prescrevem práticas de correção que reafirmam a heterossexualidade como norma, estendendo esse discurso à esfera pública ao rejeitar direitos LGBTQIA+. Em diálogo, Da Silva e Buttignol (2024) discutem que a relação entre religião e homossexualidade constitui um campo de disputa político-discursiva, no qual a fé é instrumentalizada para sustentar a homofobia pastoral, marcada por um acolhimento condicionado à negação da identidade. Já Maio e Rossi (2021) demonstram que no catolicismo esse controle se expressa na docilização dos corpos, que impõe silêncio, culpa e invisibilidade, mesmo diante da presença significativa de sujeitos homossexuais no clero. Assim, nessa categoria, os

estudos convergem ao apontar que diferentes expressões religiosas operam como mecanismos de regulação e exclusão, ainda que revelem contradições internas e disputas que tensionam esses modelos normativos.

DISCUSSÃO

Os dados da revisão levantam que a intersecção entre religião e homossexualidade no Brasil contemporâneo compõe um campo de forças onde a vida humana é disputada por sofisticados mecanismos de controle e normatização. Para compreender essas tensões, discutem-se a partir de categorias teóricas propostas por Michel Foucault (1988), Giorgio Agamben (2010), Roberto Esposito (2002), Byung-Chul Han (2018), Achille Mbembe (2018) e Lisa Duggan (2002).

As categorias "Homossexualidade, religião e disputas políticas" e "A 'Cura gay'" apontam para o que Foucault (1988) denomina *scientia sexualis*: a vontade de saber, que não visa apenas reprimir, mas produzir verdades sobre o sexo e a sexualidade para gerir populações. O uso do secularismo estratégico – a tradução de dogmas em linguagens jurídicas e biológicas para influenciar o Legislativo – ilustra a biopolítica, onde a norma se sobrepõe à lei. Nesse cenário, propostas como o Estatuto da Família e as terapias de conversão buscam reduzir a pluralidade existencial ao que Agamben (2010) classifica como vida nua (*homo sacer* – a vida despida de seus direitos políticos e sociais). Ao tentar repatologizar a homossexualidade e sustar resoluções éticas como a 01/99 do CFP, esses atores políticos criam um estado de exceção permanente para o sujeito LGBTQIA+, cuja existência é suspensa do ordenamento jurídico pleno e capturada apenas como um corpo a ser corrigido ou curado. O sujeito torna-se matável (socialmente ou psiquicamente) sem que isso seja configurado como um crime, mas como um auxílio espiritual ou liberdade científica.

As categorias "Homossexuais cristãos" e "Espiritismo e homossexualidade" apontam para a gestão interna do desejo. Esposito (2002) discute o paradigma da imunização, onde o corpo social tenta se proteger de elementos externos. No texto, a exigência de sublimação no espiritismo ou a castidade no catolicismo operam como mecanismos imunitários: permite-se que o indivíduo permaneça no corpo religioso, desde que sua sexualidade seja neutralizada, evitando a contaminação do dogma. Essa autovigilância é a base da psicopolítica descrita por Han (2018). Diferente do biopoder, que disciplinava o corpo, a psicopolítica neoliberal atua na *psiquê*. A pedagogia do armário e o silenciamento forçado em ambientes escolares e religiosos fazem com que o sujeito LGBTQIA+ se torne seu próprio vigia. O indivíduo escolhe a heteronormatividade

como estratégia de sobrevivência, um processo de subjetivação onde a liberdade de crer é transformada em uma forma de exploração de si e negação do desejo em nome de uma promessa de pertencimento.

Na categoria "Homossexualidade, religião e colonialismo", a análise remete à necropolítica de Mbembe (2018). A herança colonial cristã estabeleceu uma hierarquia onde certos corpos são inerentemente inferiores. A associação da homossexualidade à AIDS como punição divina revela o exercício do poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer. Ademais, a interseccionalidade entre raça e religião, onde a branquitude é imposta como norma, sugere que a exclusão não é apenas moral, mas colonial. Quando o discurso religioso rotula a diversidade como uma obra de Satanás para justificar uma guerra justa e santa, ele autoriza a aniquilação simbólica e até física do outro, configurando o que Mbembe descreve como mundos de morte: formas de existência socialmente privadas de reconhecimento e dignidade.

A categoria "Igrejas cristãs inclusivas" representa o que Foucault (1988) chamaria de resistência e o que Agamben (2010) veria como a tentativa de reapropriação da vida. A Teologia Queer e as releituras bíblicas buscam retirar a sexualidade do campo da patologia, devolvendo ao sujeito a sua potência de agir. Entretanto, mesmo nesses espaços, o poder pastoral persiste. A valorização da monogamia e o combate à promiscuidade para ganhar legitimidade social mostram que a inclusão frequentemente ocorre sob novas normatividades. Como aponta Esposito (2002), a imunização pode ser flexibilizada, mas a estrutura de controle permanece: o sujeito é aceito, desde que se ajuste ao modelo heteronormativo.

Essa estratégia aponta para o conceito de homonormatividade. O termo foi cunhado por Duggan (2002) e descreve processo pelo qual valores, práticas e instituições heteronormativas são incorporados e replicados dentro da cultura LGBTQIA+. Em vez de desafiar as relações sociais dominantes (casamento formal, monogamia e lógicas de consumo) a homonormatividade busca ancorar aceitação social na adesão a esses pressupostos, operando por política de respeitabilidade que privilegia corpos e identidades conformados às normas de gênero socialmente valorizadas. Indivíduos cisgêneros, monogâmicos, geralmente brancos e de classe média são inscritos como modelos de cidadania LGBTQIA+ aceitável, recebendo maior visibilidade e acesso a direitos formais (incluindo direito à espiritualidade e inclusão parcial em comunidade religiosa). Esse privilégio seletivo legitima certas trajetórias individuais, mas constitui uma despolitização quando a luta por transformação social ampla se retrai para a pauta privatizada de inclusão individual.

Assim, igrejas cristãs inclusivas, ao subverterem a exclusão tradicional, instituem novos regimes de normalização que mimetizam padrões heteronormativos para alcançar legitimidade social.

CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi analisar a literatura publicada no formato de artigos científicos entre 2015-2025 sobre a relação entre a religião e a homossexualidade. 46 artigos compuseram o universo de análise e possibilitaram a compreensão de que a relação entre religião e homossexualidade no Brasil transcende a esfera da fé individual, configurando-se como um campo de disputa biopolítica. Embora o ordenamento jurídico brasileiro proteja a liberdade de crença e a dignidade humana, as instituições religiosas frequentemente utilizam sua autonomia para estabelecer normas de exclusão que impactam a população LGBTQIA+.

Os pontos de convergência na literatura destacam a instrumentalização política da religião. Diversos autores concordam que atores religiosos, especialmente de vertentes cristãs conservadoras, empregam o secularismo estratégico, traduzindo dogmas em discursos científicos e jurídicos para influenciar o Poder Legislativo e restringir direitos civis de homossexuais. Houve também um consenso sobre os danos psicossociais causados por essa tensão: a religião opera como uma pedagogia do corpo, promovendo a homofobia internalizada, culpa e sofrimento psíquico por meio da patologização e demonização do desejo. Outro ponto convergente é a percepção de que, mesmo em espaços de resistência, como as igrejas inclusivas, a inclusão é muitas vezes mediada pela homonormatividade, exigindo discrição de gênero e a mimetização de padrões heteronormativos (a monogamia) para garantir aceitação.

Em contrapartida, os pontos de divergência residem nas nuances de acolhimento e na fundamentação teológica entre as diferentes matrizes religiosas. Enquanto as religiões de matriz judaico-cristã e o espiritismo tendem a focar na regulação, sublimação ou retificação do desejo homossexual, existe também uma disputa interna no próprio cristianismo: de um lado, a teologia tradicional que utiliza interpretações literalistas para condenar a homossexualidade, e de outro, a Teologia Queer e inclusiva, que ressignifica o conceito de pecado, deslocando-o do indivíduo para a opressão social, e defende a diversidade como uma manifestação divina.

Por fim, as limitações do estudo referem-se a lacunas na abrangência e na metodologia da literatura revisada. Observou-se uma desproporção significativa na produção científica voltada para subgrupos específicos, onde a busca com os termos “Religião e Lésbica” encontrou apenas 3 artigos, o que sugere uma invisibilização da homossexualidade feminina nas pesquisas sobre

religião. Destaca-se ainda que a análise se concentrou majoritariamente nas tensões dentro do espectro cristão, espírita e afro-brasileiro (mas esses dois últimos com menos expressividade), deixando de observar outras expressões religiosas do território nacional.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Raquel. Apontamentos para uma história da criminalização da homossexualidade em Portugal e no Brasil contemporâneo. **Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades**, Sevilla, v.II, p.75-97, 2024. DOI: <https://doi.org/10.46661/relies.10667>

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Editora UFMG, 2010.

ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. **Pesquisa Nacional Sobre Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI+, 2025. Disponível em: https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Relatorio_Pesquisa-Nacional-sobre-o-Bullying_Alianca-LGBTI-1.pdf Acesso em: 03 jun. 2026.

ARAÚJO, Andreia da Fonseca et al. De antidoto à veneno: discurso político de viés religioso sobre homossexualidade – parte 1. **Revista Contemporânea**, Curitiba, v. 4, n. 9, p.1-25, 2024. DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV4N9-093>

ARAÚJO, Andreia da Fonseca et al. De antidoto à veneno: discurso político de viés religioso sobre homossexualidade – parte 2. **Revista Contemporânea**, Curitiba, v. 4, n. 9, p. e5750, 2024. DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV4N9-094>

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. **Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003**. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.825.htm. Acesso em: 1 jun. 2026.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro; DE GUSMÃO, Eduardo Henrique Araújo; JUNIOR, Cleonardo Gil de Barros Mauricio. A disputa pela laicidade: Uma análise das interações discursivas entre Jean Wyllys e Silas Malafaia. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.35. n.2, p. 165-188, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872015v35n2cap07>

CANDIOTTO, Jaci de Fátima Souza; KREUZ, Silvia Mara Camargo. Entre a rejeição moral e o acolhimento pastoral: diferentes percepções e práticas na Igreja Católica em relação à população LGBTQIA+. **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, v. 38, n. 1, p.113-135, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15603/2176-1078/er.v38n1p113-135>

CARMO, Arielson Teixeira do; SOTO, William Hector Gómez. **RELIGIÃO E HOMOSSEXUALIDADE**: “Deus não faz acepção de pessoas”: abordagens sóciológicas da

religiosidade “inclusiva” em contextos urbanos no Rio Grande do Sul - Pelotas e Porto Alegre. In. Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão Universidade Federal de Pelotas, 3; Encontro de Pós-graduação, 19, 2017, Pelotas. **Anais eletrônicos da 3ª Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão**. Pelotas: UFPEL, 2017. p. 1-4, 2017. Disponível em: https://anais-siiepe.ufpel.edu.br/2017/CH_01822.pdf Acesso em: 03 jun. 2026.

CARVALHO, Cristiana Pereira et al. ATITUDES FACE À HOMOSSEXUALIDADE: Uma proposta de avaliação para a intervenção socioeducativa. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí, v. 13, n. 2, p. 01-22, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5216/rir.v13i2.47495>

CECCHIN, Andréa Forgiarini. A religião e sua relação com a constituição de identidades homossexuais. **Revista Educere Et Educare**. Cascavel. v. 14, n. 32, p. 1-21, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17648/educare.v14i32.19630>

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers**. 3. ed. London: Routledge, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 01/1999, de 22 de março de 1999**: Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília, DF, 1999.

CORDEIRO, Janivaldo Pacheco; RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. “O Corpo quer, a Alma Entende”(?): atravessamentos religiosos ao corpo-território-LGBT+ . **Revista da FAEEBA**, Salvador, v. 33, n. 74, p. 348-362, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21879/faeoba2358-0194.2024.v33.n74.p348-362>

DA SILVA, Ana Rosa Cloclet ; BUTTIGNOL, Fernando César. Homofobia cristã e conservadorismo político: uma análise da atuação discursiva da Exodus Brasil no contexto do governo Bolsonaro. **REVER: Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 197-219, 2024. DOI: <https://doi.org/10.23925/1677-1222.2024vol24i1a12>

DE ARAÚJO, Martinho TotaFilho Rocha. Marcadores cruzados: etnicidade, homossexualidade e religião. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 48, p. 246-280, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8647583>. Acesso em: 10 abr. 2026.

DE MACEDO, Cleber Michel Ribeiro; SÍVORI, Horacio Federico. Repatologizando a homossexualidade: a perspectiva de "psicólogos cristãos" brasileiros no século XXI. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v.18, n. 4, p. 1415-1436, 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000400020&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 10 abr. 2026.

DE NOVAES, Marcos Oliveira. “Cura gay”: psicologia, política e religião, perspectivas em torno da problemática. **Periódicus**, Salvador, n. 16, v.2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v2i16.36905>

DE SOUZA, Daniel Cerdeira et al. A produção literária sobre homofobia internalizada. **Revista Brasileira de Estudos sobre a Homocultura**, Cuiabá, v.2, n. 01, p.171-189, 2019. DOI: <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2019.5.9937>

DE SOUZA, Maria Cristina Nascimento; DE SOUZA, Marcos Lopes. “A IGREJA CATÓLICA TE CONDENA. A IGREJA EVANGÉLICA TE CONDENA”: O discurso religioso judaico-cristão afetando a construção da identidade lésbica. **Revista Pindorama**, Eunápolis, v. 11, n. 1, p. 9-23, 2020. DOI: <https://doi.org/10.55847/pindorama.viii.817>

DOS SANTOS, Átila Augusto. "A bicha preta pentecostal incomoda!": uma fala sobre gênero, raça e religião. **Revista Contemporânea**, Curitiba, v. 3, n. 9, p. 15463-15480, 2023. DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV3N9-106>

DUARTE, Alisson José Oliveira. Religião e comportamento sexual: concepções cristãs sobre sexualidade. **RELEGENS THRÉSKEIA - estudos e pesquisa em religião**, Curitiba, v. 6, n. 01, p. 74-98, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5380/rt.v6i2.54134>

DUGGAN, Lisa. The new homonormativity: the sexual politics of neoliberalism. In: CASTRONOVO, Russ; NELSON, Dana. (org.). **Materializing democracy: toward a revitalized cultural politics**. Durham: Duke University Press, 2002. p. 175-194. DOI: <https://doi.org/10.1215/9780822383901-007>

ESPOSITO, Roberto. **Immunitas: protezione e negazione della vita**. Torino: Einaudi, 2002.

EVANS, David; PEARSON, Alan. Systematic reviews: gatekeepers of nursing knowledge. **Journal of Clinical Nursing**, [S.l.], v.10, n.5, p.593-599, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1046/j.1365-2702.2001.00517.x>

FERREIRA, Rubio José; DA SILVA, Moizes Generino. A organização eclesial da Comunidade Cristã Nova Esperança: entre acolhimentos e o desacolhimentos. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 40, p. 2292-2307, 2015, DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2015v13n40p2292>

26

FIGUEIREDO, Roniel Santos et al. “Está na bíblia! Você leu a bíblia, seu pervertido?": Intersecções entre religião e homossexualidades a partir do filme “O Padre”. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grade, v. 9, n. 1, p.228-256, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v9i1.12979>

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. RJ: Graal, 1988.

GONÇALVES, Alexandre Oviedo. Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.39, n.2, p. 175-199, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872019v39n2capo7>

GONÇALVES, Guilherme Silva. Reflexões sobre o conflito entre religião e homossexualidade. **Self**, São Paulo. v. 5, p. 1-18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21901/2448-3060/self-2020.volo5.0010>

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

JESUS, Fátima Weiss de. Notas sobre Religião e (Homo)Sexualidade: “Igrejas Gays” no Brasil. In. Reunião Brasileira de Antropologia – RBA, 26., 2008, Porto Seguro. **Anais eletrônicos da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Porto Seguro: ABANT, 2008. Disponível em: https://anais.abant.org.br/26rba/foruns_de_pesquisa/trabalhos/FP%2006/fatima%20weiss%20de%20jesus.pdf Acesso em: 03 jun. 2026.

LEAL, Tacel Coutinho. Boy erased: identidades LGBTQIAPN+. **Revista Mandrágora**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 201-229, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15603/ma292201-229>

LEITE, Alexandra Ribeiro. Homens católicos com práticas homossexuais: o lugar da religião na produção de sentidos. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, Aracaju, v.5, n.2, p. 33-42, 2016. DOI: <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2016v5n2p33-42>

MAIO, Eliane Rose; ROSSI, Jean Pablo Guimaães. “Gelo no pênis, exorcismo e medo”: gênero, sexualidade e religião em relatos de seminaristas e padres homossexuais. **Mandrágora**, Montes Claros, v.27, n. 1, p. 119-151, 2021. DOI <https://doi.org/10.15603/ma271119-151>

MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque. “EDUCAR CORRETAMENTE EVITANDO ABERRAÇÕES”: notas introdutórias sobre discursos punitivos/discriminatórios acerca das homossexualidades e transgeneridades. **PARALELLUS**, Recife, v. 6, n. 12, p. 187-200, 2015. DOI: <https://doi.org/10.25247/paralellus.2015.v6n12.pp.%20187-200>

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEIRA, Celino Silva. “A religião da viagem”: diálogos possíveis entre sexualidades masculinas e religiões afro-brasileiras. In. MAIO, Eliane Rose; ROSSI, Jean Pablo Guimarães; LEITE, Lucimar da Luz. (Org.). **Gênero, sexualidade e religião: diálogos em espaços plurais**. 1. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. (p. 115-131). DOI: <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.862.115-131>

MOTA, Frederico Alves; CALEIRO, Regina Célia Lima. A "sadia radicalidade" do pentecostalismo católico: mídia, gênero e literatura de massa. **Revista Brasileira de História da Mídia**, [S.l.], v.5, n.2, p. 21-37, 2016. DOI: <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.5220164597>

27

NAGAMINE, Renata Reverendo Vidal Kawano.; BARBOSA, Olívia Alves. Homossexualidade, religião e direitos: a controvérsia sobre o Estatuto da Família no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 214-239, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v20i2.53073>

NAGAMINE, Renata Reverendo Vidal Kawano; NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Aquém do fundamentalismo, além da intolerância: hostilidade e hospitalidade no debate sobre direitos de gays e lésbica. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 26, p.279-305, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.26.14.a>

NARDI, Henrique Caetano; GONÇALVES, Robson Antônio da Silva. Infância, religião e colonialidade: trajetórias de homens gays. **Momento: diálogos em educação**, Rio Grande, v. 28, n. 1, p. 195-207, jan./abr., 2019. DOI: <https://doi.org/10.14295/momento.v28i1.8765>

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Cantar e Dançar para Jesus: sexualidade, gênero e religião nas igrejas inclusivas pentecostais. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.37, n.1, p. 15-33, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872017v37n1cap01>

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Uma família como outra qualquer: Casamento igualitário e novas famílias em igrejas evangélicas LGBT. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n.33, p.343-372, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.33.16.a>

OLIVEIRA, Guilherme Antônio Lopes de et al. O. A construção discursiva do “kit gay” como instrumento de manipulação do eleitorado evangélico brasileiro. **Paralellus**, Recife, v. 13, n. 32, p. 177-195, 2022. DOI: <https://doi.org/10.25247/paralellus.2022.v13n32.p179-195>

OLIVEIRA, Gabryelle da Silva et al. Homossexualidade, família e religião: uma análise psicossocial de Orações Para Bobby. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v.29, p.1-15, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v29i1.54500>

PEREIRA, Francisco Jomário. A representação da homossexualidade no discurso espírita de Divaldo Franco. **Revista Movimentação**, Dourados, v.7, n.12. 2020. DOI: <https://doi.org/10.30612/mvt.v7i12.11375>

PEREIRA, Francisco. Representações da homossexualidade no Espiritismo. **Revista brasileira de ciências sociais**. v. 38, n. III, p.e3811000, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/3811000/2023>

PETERS, Carlos Eduardo Marotta. Religião e representações da homossexualidade em escolas públicas de Penápolis – SP (1990- 2009). **Revista Memorare**, Tubarão, v. 4, n. 2, p.165-186, 2017. DOI: <https://doi.org/10.19177/memorare.v4e2-II2017165-186>

PONTES, Leila Silvana. “A mão que afaga é a mesma que apedreja” - análise discursiva sobre amor materno, religião e sexualidade. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 14, p. 207-220, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.viii4.37096>

REIS, A. dos; PÁTARO, C. S. de O.; MEZZOMO, Fabio. A. “Eu vejo na minha sexualidade o motivo para viver melhor o que é ser cristão”: Ressignificação e regulação das homossexualidades no Projeto Aprisco. **Tempo da Ciência**, [S. l.], v. 28, n. 55, p. 88-108, 2021. DOI: <https://doi.org/10.48075/rtc.v28i55.28031>

28

RIBEIRO, Laura Moraes; SCORSOLINI-COMIN, F. Relações entre religiosidade e homossexualidade em jovens adultos religiosos. **Psicologia & Sociedade**, Recife, 29, e162267, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i162267>

ROCHA, Arlindo Nascimento. A homossexualidade e o cristianismo conservador: a face cristã da intolerância religiosa espelhada na Bíblia. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. [S.l], v. 6, n.7, p. 68-92, 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencia-da-religiao/homossexualidade-e-o-cristianismo> Acessos em 10 abr. 2025

RODRIGUES, Alexsandro; ROSEIRO, Steferson Zanoni; FIM, Matheus Magno dos Santos. "A quem pertence esse corpo?": religião e esterilização do corpo bicha. **Periódicus**, Salvador, n. 7, v. 1, p. 354-371, 2017. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.vii7.22286>

ROSAS, Nina. Heterossexualidade e Homossexualidade: prescrições sobre o uso do corpo das mulheres evangélicas. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v., n.2, p. 176-197, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0100-85872018v38n2capo6>

SANTO, Eliseu Roque do Espirito. Homossexualidade: psicanálise, religião e educação. **INTERthesis**, Florianópolis, v.14, n.3, p.88-103, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2017v14n3p88>

SIGNATES, Luiz; MOURA, Thales. Solteirice e invisibilização: a relação entre religião e homossexualidade no Ministério Evangélico LGBTQ+ “Movimento Cores”. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 30 n. 1, p. 367-383, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufrpb.1807-8214.2020v30n1.45259>

SILVA, Silas Veloso de Paula; ALMEIDA, Júlia Alves de; DIAS, Priscylla Karollyne Gomes. Muito além do Arco-íris: homossexualidade(s) e diversidade sexual em práticas discursivas em torno de uma Igreja Inclusiva da cidade do Recife-PE. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 14, p. 124-159, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.viii4.37715>

SOARES, Evanway Sellberg. Análise da teologia dos direitos humanos da igreja da comunidade metropolitana de São Paulo. **Revista Temporis(ação)**, Goiânia, v.22, n. 2, p.1-18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.31668/rta.v22i02.12186>

SOUZA, Daniel Cerdeira de. **Violência nas relações homossexuais masculinas em Manaus**. Manaus: Editora UEA, 2022.

SOUZA, Daniel Cerdeira de, HONORATO, Eduardo Jorge Sant’Ana, BEIRAS, Adriano. Discriminação contra homossexuais no mercado de trabalho: revisão da literatura. **PSI UNISC**, Santa Cruz do Sul, v.5, n.1, p.127-143, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v5i1.15452>

VENANCIO, Ana Teresa Acatauassú; BELMONTE, Pilar Rodriguez. O debate legislativo carioca sobre a “mudança da homossexualidade”: ciência, política e religião. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 26, p.103-125, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.26.06.a>

WELLS, Ronald Henry Carlish et al. **CID-10: classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**. São Paulo: EDUSP, 2011.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, [S.l], v.52, n.5, p.546- 553, 2005. DOI <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>

ZAIA, Márcia. Religião, religiosidade e atenção psicossocial na migração. In: DANTAS, Sylvia Duarte; SANTANA, Carmen Lúcia Albuquerque de; ZAIA, Márcia. (org.). **Guia em saúde mental e atenção psicossocial para população migrante e refugiada no Brasil**. 1. ed. Brasília, DF: OIM, 2022. p. 73-82.